

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de
2021 acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores
SPE Terminal Belo Horizonte S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Terminal Belo Horizonte S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE Terminal Belo Horizonte S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - incerteza relevante quanto à continuidade operacional e realização de ativos

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa nº 1. às demonstrações contábeis para o fato de o contrato de concessão ter sido extinto e da devolução do terreno onde o terminal seria construído, logo a continuidade operacional da Companhia e a realização de ativos dependerá do resultado das negociações em andamento junto ao Poder Concedente. Essas demonstrações contábeis não foram preparadas tampouco ajustadas aos valores de liquidação. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos quando existentes que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

Pemom Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.056/O-2



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Andrew Karpinski
Contador CRC 1SP-257.755/O-6

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	21	Fornecedores	6	52	538
Despesas antecipadas	-	16	14	Obrigações trabalhistas e sociais	7	29	42
		32	35	Impostos e contribuições a recolher	8	14	10
						95	590
Não circulante				Não circulante			
Intangível líquido	5	13.813	19.675	Obrigações com o poder concedente	9	-	5.876
		13.813	19.675	Outras contas a pagar	-	306	305
						306	6.181
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11.1	18.182	18.182
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	10	2.425	769
				Prejuízos acumulados	-	(7.163)	(6.012)
						13.444	12.939
Total do ativo		13.845	19.710	Total do passivo e do patrimônio líquido		13.845	19.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	12	14	13
Custos de construção	13	(14)	(13)
Resultado bruto		-	-
Despesas administrativas e gerais	14	(1.138)	(1.672)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(1.138)	(1.672)
Despesas financeiras	15	(13)	(22)
Despesas financeiras líquidas		(13)	(22)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.151)	(1.694)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(1.151)	(1.694)
Resultado básico e diluído por ação		(0,0633)	(0,0932)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(1.151)</u>	<u>(1.694)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(1.151)</u></u>	<u><u>(1.694)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.200	-	(4.318)	1.882
Aumento de capital	11.982	-	-	11.982
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	769	-	769
Prejuízo do exercício	-	-	(1.694)	(1.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.182	769	(6.012)	12.939
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	1.656	-	1.656
Prejuízo do exercício	-	-	(1.151)	(1.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.182	2.425	(7.163)	13.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(1.151)	(1.694)
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Amortização e depreciação	14	1	10
		(1.150)	(1.684)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Tributos a recuperar	-	-	20
Despesas antecipadas	-	(2)	12
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores	-	(486)	481
Obrigações trabalhistas e sociais	-	(13)	22
Impostos e contribuições a recolher	-	4	(2)
Passivo de arrendamento	-	-	(8)
Outras contas a pagar	-	1	301
		(1.646)	(858)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	(15)	(14)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(15)	(14)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	-	-	870
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	10	1.656	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		1.656	870
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(5)	(2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	21	23
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	16	21
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(5)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A SPE Terminal Belo Horizonte S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada em 2012 e tem como objetivo social a realização de obras de engenharia e serviços de implementação, gestão, manutenção e operação de serviço público e correspondentes infraestruturas de apoio ao embarque e desembarque de passageiros dos serviços públicos de transporte coletivo rodoviário internacional, interestadual e intermunicipal exceto metropolitano, no Município de Belo Horizonte em cumprimento ao Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e o Município de Belo Horizonte decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 006/2011. O prazo da concessão é de 30 anos com início em março de 2012.

O novo terminal rodoviário de Belo Horizonte seria construído no bairro de São Gabriel, no entanto, por questões envolvendo a desapropriação da área e aprovações do projeto do sistema viário junto aos órgãos competentes, as obras foram paralisadas e sem que houvesse previsão para sua retomada.

Em 18 de junho de 2020 a Companhia apresentou requerimento de arbitragem junto à Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil (CAMARB), a fim de solucionar os conflitos oriundos do referido contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Município de Belo Horizonte.

O valor do litígio apresentado pela Companhia em seu requerimento de arbitragem (Procedimento Arbitral nº A-304/20) é de R\$ 23.407. Também foram requeridos pela Companhia a suspensão da execução contratual especialmente com a determinação ao Município de Belo Horizonte receber de volta os terrenos que hoje estão em posse da Companhia e a cessação da obrigação de renovar a garantia de execução contratual prevista na cláusula 27.1 do Contrato de Concessão.

Em abril de 2021 o Tribunal Arbitral emitiu sentença parcial onde foi julgado extinto o Contrato de Concessão e determinado que sejam diligentemente adotadas todas as providências necessárias para a expedição do Relatório Definitivo de Reversão, por conseguinte, a devolução da posse dos bens e liberação da garantia de execução contratual.

Em fevereiro de 2022 o Tribunal Arbitral proferiu sentença arbitral reconhecendo a improcedência dos requerimentos de mérito formulados pela Requerente, a improcedência das preliminares levantadas pela Companhia e a procedência do pleito com relação a extinção do contrato por caso fortuito e força maior.

Em março de 2022 o terreno detido pela Companhia foi devolvido ao Município de Belo Horizonte.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

Ainda em março de 2022 a Companhia apresentou pedido de esclarecimentos alegando que a sentença arbitral de fevereiro de 2022 carece de esclarecimentos sobre a decisão impugnada. Tais pedidos foram julgados improcedentes pelo tribunal arbitral.

Devido a extinção do contrato por caso fortuito e força maior há assuntos a serem resolvidos junto ao Poder Concedente. O resultado das últimas sentenças arbitrais está sendo avaliado pelos acionistas e há a possibilidade de ingresso com ação anulatória da sentença arbitral. Tais fatores podem trazer efeitos as demonstrações contábeis, contudo, não é possível estimar com precisão no encerramento dessas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos acionistas e diretores em 20 de abril de 2022.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB’s), os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

b. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste expressivo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

i. Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras.

Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia poderemos ser adversamente afetados independentemente do respectivo resultado.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

ii. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

d. Instrumentos financeiros

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como:

- (i) Ativos financeiros a Valor Justo por meio do Resultado (VJR);
- (ii) Empréstimos e recebíveis;
- (iii) Investimentos mantidos até o vencimento;
- (iv) Ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

ii. Passivos financeiros

São classificados como passivos financeiros a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como: instrumento de *hedge* conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

e. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição e são deduzidos da depreciação acumulada e quando aplicável pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulado.

Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado:

- i. Por ocasião de sua alienação;
- ii. Quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

f. Ativos intangíveis

Contratos de concessão de serviços

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços construindo e ampliando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre o Município de Belo Horizonte e a SPE Terminal Belo Horizonte S.A. não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente de outorgas (fixas e variáveis), além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o método linear de amortização.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo intangível ou outro valor substituto do custo.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

h. Ativos e passivos contingentes

- Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

i. Demais passivos circulante e não-circulante

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

k. Receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente ela realiza serviços de construção sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração: por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

m. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

n. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

o. Obrigações com o poder concedente

O poder concedente Município de Belo Horizonte estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma outorga fixa e outra variável durante todo o período de concessão.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

- i. Outorga fixa e variável:** a contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 6.110 a ser paga 540 dias após a conclusão da construção e ampliação do terminal.

O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total da receita bruta anual da Companhia.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1. em abril de 2021 o tribunal arbitral decidiu por julgar extinto o contrato de concessão e determinou a devolução dos bens (terrenos) ao poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração reverteu a provisão por não ser mais provável a saída de recursos referente a outorga.

p. Fornecedores

São obrigações a pagar por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

q. Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	
CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020)	Contrato de seguros
Alterações à CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i> Referência à Estrutura Conceitual
Alterações ao CPC 26 (R1)	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações ao CPC 15 (R1)	Contabilização de receita antes do uso pretendido de um ativo
Alterações ao CPC 26 (R1)	
Alterações ao CPC 5	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018–2020	CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 18 (R2) Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e CPC 29 – Agricultura
Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações CPC 32	Definição de Estimativas Contábeis Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	15	20
	16	21

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Intangível líquido

a. Composição dos saldos

	Valor líquido	
	2021	2020
Infraestrutura de Concessão - construção (i)	13.813	13.799
Outorga de Concessão (ii)	-	6.110
(-) AVP sobre outorga	-	(234)
	13.813	19.675

b. Movimentação do ativo intangível

	2020	Adições / (baixas)	2021
Infraestrutura de Concessão - construção (i)	13.799	14	13.813
Outorga de Concessão (ii)	6.110	(6.110)	-
(-) AVP sobre outorga	(234)	234	-
	19.675	(5.862)	13.813

(i) *Infraestrutura de concessão - construção refere-se a custos com preparação do canteiro de obras para construção do terminal de responsabilidade da Companhia conforme definido em Contrato de Concessão;*

(ii) *A outorga de concessão será amortizada mensalmente após o início da operação do terminal a contar pelo prazo residual dos 30 anos do contrato de concessão conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9. a outorga de concessão foi desreconhecida.*

O contrato de concessão determina a reversão dos bens adquiridos ou construídos incluindo: instalações, equipamentos, sistemas, maquinários, móveis e utensílios ao poder concedente no término do prazo do contrato de concessão.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

6. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores	52	538

São representados por aquisições de serviços, materiais e equipamentos para manutenção da operação.

7. Obrigações trabalhistas e sociais

	2021	2020
Salários e ordenados a pagar	4	4
Provisão para férias	13	12
INSS a recolher	3	18
FGTS a recolher	2	1
Encargos sobre férias	5	5
Demais obrigações sobre folha de pagamento	2	2
	29	42

8. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
Tributos retidos a recolher	14	10

9. Compromisso com o poder concedente

	2021	2020
Outorga fixa	-	6.110
Ajuste a Valor Presente (AVP)	-	(234)
	-	5.876

O contrato de concessão previa uma contribuição fixa no valor de R\$ 6.110 a ser pago 540 dias após a conclusão da construção do terminal.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1. em abril de 2021 o tribunal arbitral decidiu por julgar extinto o contrato de concessão e determinou a devolução dos bens (terrenos) ao poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração reverteu a provisão por não ser mais provável a saída de recursos referente a outorga.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

10. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Os valores correspondentes a cada acionista são representados a seguir:

Acionista	2020	Movimentação	2021
Socicam Administração, Projetos e Repres. Ltda.	349	788	1.137
Telar Comércio e Engenharia Ltda.	142	295	437
Villanova Eng. Desenvolvimento Ambiental S/A	131	310	441
Sociedad Anônima de Obras Y.S. Copasa do Brasil	147	263	410
	769	1.656	2.425

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$ 18.182 divididos em 18.181.591 ações nominativas, ordinárias e com o valor nominal de R\$ 1 (valor expresso em Reais – R\$) cada, totalmente subscrito e integralizado.

Em 30 de junho de 2020 os acionistas deliberaram aumentar o capital social da Companhia em R\$ 11.982 com a emissão de 11.981.591 novas ações, a ser totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas na proporção de sua participação no capital social.

A composição acionária está distribuída conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	R\$	%
Socicam Administração, Projetos e Repres. Ltda.	8.555	47,05%
Telar Comércio e Engenharia Ltda.	3.209	17,65%
Villanova Eng. Desenvolvimento Ambiental S/A	3.209	17,65%
Sociedad Anônima de Obras Y Servicios Copasa do Brasil	3.209	17,65%
	18.182	100,00%

12. Receita líquida

	2021	2020
Receita de construção	14	13
Receita líquida	14	13

13. Custos de construção

	2021	2020
Custo de construção	(14)	(13)

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

14. Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Serviços contratados	(897)	(706)
Honorários CAMARB	(6)	(696)
Despesas com pessoal	(141)	(157)
Seguros e fianças	(72)	(69)
Viagens e representações	(3)	(3)
Serviços públicos	(4)	(9)
Outros tributos, taxas e contribuições	(4)	(8)
Amortização e depreciação	(1)	(10)
Anúncios e publicidade	(7)	(8)
Outras despesas	(3)	(6)
	(1.138)	(1.672)

15. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras	(13)	(22)

16. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

16.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

16.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

SPE TERMINAL BELO HORIZONTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais – R\$)

16.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis.

17. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.